

ANEXO I

Declaração

1 - **João Pedro de Almeida Ramos Pereira**, portador do Cartão de Cidadão n.º 09882757, Contribuinte n.º 198022565, residente em Coimbra, **Diretor Geral**, na qualidade de representante legal do **Centro de Serviços do Ambiente – CESAB**, **número de identificação fiscal 502883308**, com sede na Zona Industrial Ponte de Viadores, Lote 3-A, concelho de Mealhada, tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento por **Ajuste Directo n.º 092/AJD_SA_15** para **“Realização de Análises às Águas Residuais das ETAR’s do Concelho de Pombal”**, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

- a) Proposta de Preços Conforme Anexo II ao Convite;
- c) Proposta de Preços Unitários Conforme Anexo III;
- d) Memória Descritiva do modo de execução da prestação de serviços;
- e) Mapa de Quantificação e Acreditação;
- f) Certificado de Acreditação do CESAB e do Subcontratado.

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de actividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional nem os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência foram condenados por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional nem os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência foram objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Tenham sido objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de Outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de Maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao

pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;

i) Não foi condenada por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes nem os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direcção ou gerência foram condenados por alguns dos seguintes crimes:

i) Participação em actividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Acção Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Acto do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Acção Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção Relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Directiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, directa ou indirectamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra-ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Mealhada, 18 de Novembro de 2015.

O Director Geral do CESAB



(João Pedro Pereira)

9 *cedi* 1 *[Signature]*

ACTAS

-----ACTA DA ASSEMBLEIA GERAL N.º QUARENTA E NOVE-----

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de dois mil e treze, pelas dezasseis horas e trinta minutos reuniu, em segunda convocatória, a Assembleia Geral Ordinária do Centro de Serviços do Ambiente – CESAB na sua sede social sita na Zona Industrial de Viadores – Pampilhosa – Mealhada, e com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

Um – Eleições para os Órgãos Sociais para o Triénio de 2013-2015; -----

Dois – Tomada de Posse dos Órgãos Sociais eleitos; -----

Três – Apresentação e Votação do Plano de Atividades e Orçamento param 2014; -

Encontravam-se presentes ou representados 18 Associados, equivalendo a 716 unidades de participação de capital. -----

Presidiu à Assembleia Geral a Senhora Dra. Ana Maria Martins de Sousa em representação da Comissão de Coordenação da Região Centro, tendo sido secretariada pelo Senhor ~~Dr.~~ Mário Almeida Loureiro em representação do Município de Tábua e a Dra. Elisa Ferraz de Oliveira em representação do Município de Oliveira de Frades. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral depois de cumprimentar os presentes e verificar que se encontravam cumpridas as formalidades legais para o funcionamento desta Assembleia Geral, procedeu à leitura da convocatória e deu início ao primeiro ponto da Ordem de Trabalhos. -----

A Dra. Ana Sousa informou os Associados de que, não tendo sido remetidas listas à Presidente da Mesa da Assembleia Geral nos 15 dias antecedentes a esta Assembleia, e como tal e de acordo com o n.º 5 do artigo 21 do regulamento interno, deveria o Conselho de Administração propor uma Lista para os Órgãos Sociais. A lista proposta havia sido distribuída pelos Associados presentes e iria ser submetida a sufrágio secreto. Procedeu-se à votação através de boletins de voto distribuídos pelos Associados em número igual às respetivas unidades de participação. -----

Após a contagem dos votos e com 716 unidades de participação presentes, obteve-se o seguinte escrutínio: -----

- 676 unidades de participação votaram a favor;-----

- 40 unidades de participação abstiveram-se; -----

Foi assim, a Lista proposta pelo Conselho de Administração, aprovada pela maioria do capital representado. -----

Handwritten signatures and initials:
- A large stylized 'Q' or 'J' on the left.
- 'Aced 11.' in the middle.
- A large '2' on the right.
- A large stylized 'J' or 'L' on the far right.

ACTAS

A Presidente da Mesa propôs à Assembleia uma menção de reconhecimento à Administração anterior extensível aos colaboradores do CESAB, pelo desempenho e empenho no cumprimento dos objetivos traçados ao longo do mandato, e que foram levados a bom cabo, conforme lhe foi dado a apreciar pelos Relatórios e Contas dos Exercícios anteriores, conseguindo o CESAB com uma equipa muito jovem e empenhada, e apesar de toda a conjuntura do mercado, alcançar um lugar de destaque na sua área de prestação de serviços. A assembleia concordou com esta menção. -----

Passando ao ponto dois da Ordem de trabalhos e com o intuito de formalizar rapidamente a tomada de posse, no uso das competências conferidas pelo n.º 6 do Artigo 7º dos Estatutos, a Presidente da Mesa da Assembleia Geral investiu os Associados nos seus respectivos cargos, formalizando o ato pela assinatura do Termo de Posse que se anexa a esta ata e dela faz parte integrante. -----

Pedindo a palavra, o Presidente do Município de Penacova, explicou à Assembleia quais os critérios que serviram de base à escolha da equipa que agora tomava posse, assegurando que foi intenção do Conselho de Administração garantir a representatividade de todos os Associados nos órgãos sociais, quer pela escolha de Associados de todos os quadrantes políticos, quer pela tentativa de fazer representar toda a área geográfica abrangida pelo CESAB. Lamentou que esta intenção possa ter causado algum constrangimento aos Associados que não foram incluídos nesta lista, garantindo que noutra oportunidade iria ser dado lugar a outros agora não incluídos. ----

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral felicitou os membros agora empossados e convidou-os a ocuparem os seus lugares na Mesa da Assembleia. -----

A Mesa da Assembleia passou então a funcionar, para além da Presidente, que se mantinha, com os novos secretários eleitos antes, Município de Góis representado pela sua Presidente Dra. Maria de Lurdes Oliveira Castanheira e Município de Oliveira do Hospital representado pelo seu Presidente Dr. José Carlos Alexandrino Mendes. -----

Passou-se ao ponto Três da Ordem de Trabalhos tendo a Presidente da Mesa da Assembleia Geral dado à palavra ao Dr. Humberto Oliveira, para que em nome do Conselho de Administração apresentasse o Plano de Atividades e Orçamento para 2014. O Dr. Humberto Oliveira informou que o documento, não sendo vinculativo, pretendia espelhar o princípio da transparência no que era a gestão do CESAB. Pediu depois ao

ACTAS

Diretor Geral Dr. João Pedro Pereira que apresentasse aos Associados, mais detalhadamente, as notas principais que serviram de base à elaboração desta previsão em análise. -----

O Dr. João Pedro Pereira explicou à Assembleia que este orçamento foi elaborado num pressuposto conservativo, já que o CESAB era uma entidade que vivia de prestações de serviços periódicas, por anos económicos e como tal difíceis de conjecturar com muita antecedência. No entanto, o documento considerava o crescimento das prestações de serviço em cerca de 2% comparativamente ao que se estimava para o ano de 2013. Explicou que em 2014 se previam obras de remodelação das instalações que pretendiam otimizar o espaço existente e melhorar a qualidade do ar interno. Enumerou o tipo de serviços que o CESAB tem vindo a oferecer aos seus Associados e clientes e que se pretendia continuar na mesma linha de negócio. Salientou as linhas estratégicas para 2014 a que nos propúnhamos e que eram aumentar em cerca de 3% as prestações de serviços em amostras de águas para consumo humano e naturais, não reduzir mais de 5% o controlo da qualidade de águas residuais e efluentes, aumentar em 5% o volume de faturação a indústrias, empresas prestadoras de serviços e outros particulares, e apostar na melhoria contínua da qualidade. Referiu que se previa manter a equipa de colaboradores. Relativamente ao orçamento, foi considerado um aumento dos rendimentos de cerca de 2,2% e estimava-se um aumento de gastos de cerca de 2,8%, o que resultava numa previsão conservativa com um orçamento de funcionamento de 972.000€ e de investimento de 350.000 o que totalizava um total de 1.322.000€. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral questionou se os custos diretos relacionados com as deslocações a pontos mais distantes eram diretamente e completamente imputados aos clientes. O Dr. João explicou que nem sempre era possível, em virtude da forte concorrência que por vezes estava mais próxima que nós, mas que o CESAB apostava numa economia de escala, permitindo-lhe aumentar a margem nas análises e não ter necessidade de onerar o transporte para os clientes mais distantes. -----

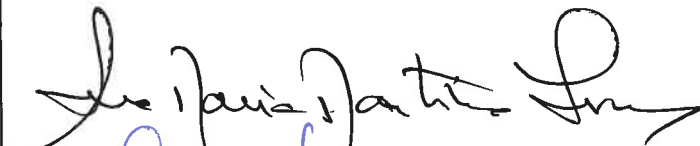
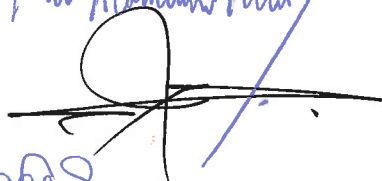
A Dra. Ana Sousa aditou que apesar de conservativo este Plano lhe parecia ambicioso, inserido na conjuntura nacional e a previsão de crescimento era muito positiva. -----

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral questionou os Associados se queriam ver mais algum pormenor esclarecido, tendo a Assembleia se manifestado esclarecida.

ACTAS

Assim foi posto o Plano à votação dos Associados, não tendo havido votos contra nem abstenções. O Plano de Atividades e Orçamento para 2014 foi aprovado por unanimidade dos presentes. -----

Como mais ninguém quisesse usar da palavra a Presidente da Mesa da Assembleia Geral agradeceu a presença de todos, salientando a importância de participarem ativamente na Associação, através da presença nas Assembleias, tomando conhecimento do funcionamento e trabalho desenvolvido. Deu depois por encerrada a sessão da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos membros da Mesa da Assembleia Geral. -----


José Paulo Duarte
por Paulo Mendonça

p.m.



TERMO de POSSE dos Órgãos Sociais

conferido pela Presidente da Mesa da Assembleia Geral de 29/11/2013

<u>Mesa da Assembleia Geral</u>		Posse
Presidente	Comissão de Coordenação Região Centro	
1º Secretário	Município da Sertã	
2º Secretário	Município de Góis	
1º Suplente	Município de Oliveira do Hospital	
2º Suplente	Município de Oliveira de Frades	

<u>Conselho Fiscal</u>		Posse
Presidente	Município de Ansião	
1º Vogal	Município de Tábua	
2º Vogal	Município de Penela	
1º Suplente	Município de Pedrogão Grande	
2º Suplente	Município de Miranda do Corvo	

<u>Conselho de Administração</u>		Posse
Presidente	José Alberto Pacheco Brito Dias em representação do Município de Pampilhosa da Serra	
Vice-Presidente	Humberto José Baptista Oliveira em representação do Município de Penacova	
1º Vogal	José Julio Henriques Norte em representação do Município de Mortágua	
2º Vogal	Fernando José Pires Lopes em representação do Município de Castanheira de Pera	
3º Vogal	João Paulo Marçal Lopes Catarino em representação do Município de Proença-a-Nova	
1º Suplente	João Andrade Carvalho em representação dos Serviços Municipalizados de Castelo Branco	
2º Suplente	Serafim Castro Pires em representação do Município de Cantanhede	

Dou posse aos membros constantes desta lista,

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral,



DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS

NIF: 502883308

Pessoa Colectiva

CENTRO DE SERVIÇOS DO AMBIENTE CESAB

0116 MEALHADA

EMITIDO EM: 2003-12-11 INÍCIO ACTIVIDADE: 1993-01-01



DECLARAÇÃO

José Alberto Pacheco Brito Dias, casado, natural de Unhais-o-Velho, Pampilhosa da Serra, com domicílio em Marco dos Pereiros, Castelo Viegas, Coimbra, que outorga na qualidade de **Presidente do Conselho de Administração**, em nome e representação do **Centro de Serviços do Ambiente – CESAB**, doravante "Associação", NIPC 502883308, com sede na Zona Industrial Ponte de Viadores, 3050-481 Mealhada, e-mail secretaria@cesab.pt, com o capital social de 745.000, sem matrícula na conservatória do Registo Comercial, pela presente declaração, constitui bastante representante da Associação o Senhor:

João Pedro de Almeida Ramos Pereira, com o Cartão de Cidadão n.º 9882757, Solteiro, natural de Reboleira, Freguesia da Amadora, com domicílio na Rua General Humberto Delgado, 127, 4º Esquerdo, 3030-327 Coimbra, e-mail g.tecnico@cesab.pt, a quem confere os poderes necessários para representar o **CESAB** para apresentação de propostas e demais documentação conexa, em todas as **Plataformas de Contratação Pública**, assinando tudo o que se mostrar necessário ao exercício dos poderes conferidos.

Mealhada, 29 de novembro de 2013

O Presidente do Conselho de Administração

(José Alberto Pacheco Brito Dias)

ACTAS

-----ACTA DUZENTOS E QUARENTA E OITO-----

Aos vinte e nove dias do mês de novembro do ano de 2013, pelas dezoito horas, reuniu o Conselho de Administração do Centro de Serviços do Ambiente-CESAB, na sua sede social sita à Zona Industrial Ponte de Viadores, 3050-481 Pampilhosa, Concelho da Mealhada, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**: -----

Ponto Unico – Delegação de Competências: -----

2 – Outros Assuntos. -----

Encontravam-se presentes os membros do Conselho de Administração Srs: José Brito Dias, Humberto Baptista Oliveira, José Júlio Norte, Fernando Pires Lopes e João Paulo Catarino. Estiveram também presentes na reunião o Dr. João Pereira – Director-Geral e a funcionária administrativa Maria Paulino que secretariou a reunião. -----

Deu-se inicio à Ordem de Trabalho entrando no ponto único - **Delegação de Competências** - Analisada a questão da necessidade de se adoptarem medidas visando facilitar a administração e gestão corrente do CESAB, tendo presente que esta é a primeira reunião do Conselho de Administração após o termo do triénio da anterior administração, e porque se efectuou substituição de membros o que implica uma série de procedimentos externos, decidiu, ao abrigo dos Estatutos e do Regulamento Interno, proceder à delegações de competências, com o seguinte teor: "*O Conselho de Administração do Centro de Serviços do Ambiente - CESAB, reunido em 29 de Novembro de 2013, depois de analisar as necessidades de acompanhar a gestão e as actividades previstas e em curso no CESAB resolveu*:-----

I. Ao abrigo do n.º 6 do artigo 22º e do n.º 2 do artigo 24º dos Estatutos, delegar competências no Presidente do Conselho de Administração, Sr. José Brito Pacheco Dias e em qualquer outro membro do Conselho de Administração - para que, qualquer deles, isoladamente possa:

1. Obrigar o CESAB em contratos de aquisição até ao limite de 5.000,00 € (cinco mil Euros).---
2. Obrigar o CESAB em contratos de aquisição de viaturas e demais documentação exigível para legalização do móvel, desde que aprovada a sua aquisição em reunião do Conselho de Administração. Engloba-se ainda a venda de viaturas, quando essa venda resultar de uma retoma na aquisição de outra. -----

3.. Outorgar, em nome do CESAB, os contratos com entidades financiadoras relativos a programas de financiamento de projectos a que o CESAB concorra, bem como os relativos a programas de estágios e/ou acções de formação, assim como contratos de trabalho com novos funcionários e/ou estagiários, desde que estes atos tenham sido aprovados previamente em

ACTAS

reunião do Conselho de Administração, ou nessa impossibilidade, ratificados em reunião posterior; -----

4. Proceder à movimentação de fundos, designadamente a passagem de cheques, de qualquer conta aberta em nome do CESAB, até ao limite de 5.000 € (cinco mil euros), com excepção das ordens de transferências entre contas do CESAB, e constituição de depósitos a prazo e quaisquer outras aplicações financeiras em nome do CESAB, em que não haverá limite dos montantes a transferir -----

II. Ao abrigo do n.º 7 do artigo 22º dos Estatutos, delegar:-----

1. No Director Geral, Dr. João Pedro Pereira - competências para:

a) **Dirigir as actividades do CESAB dando cumprimento ao Plano de Actividades e às deliberações do Conselho de Administração;** -----

b) **Assinar as Candidaturas e contratos relativos a programas de estágios e/ou acções de formação, quer promovidos pelo IEFP, quer por outras entidades, assim como contratos de trabalho com novos funcionários e/ou estagiários, devidamente aprovados anteriormente pela Administração;**-----

c) **Autorizar aquisições e pagamentos de aquisição de serviços, materiais, reagentes e equipamentos, incluindo reparações e conservação destes, reparação e manutenção das viaturas do CESAB, até ao limite de: 3.000 € (três mil Euros).** -----

d) **Autorizar o banco a efectuar as transferências para o pagamento dos vencimentos e, quando previstas, de ajudas de custo dos funcionários, bem como as taxas, encargos e emolumentos devidos, ou que devam ser pagos pelo CESAB, nomeadamente os a pagar mensalmente à Segurança Social e Finanças;** -----

e) **Autorizar os funcionários e contratados a prestarem trabalhos extras inadiáveis, nomeadamente recolhas de amostras e realização de análises, bem como autorizar as respectivas compensações, tendo como base os critérios de remunerações definidos no Orçamento de estado em vigor para o sector público ou regulamentação sectorial aplicável.** ---

f) **Autorizar a frequência e o pagamento de cursos de formação dos funcionários, bem como dos custos de ensaios inter laboratoriais, aprovados pelo Conselho de Administração.** -----

g) **assinar toda a documentação que se destina ao IPAC, assinar os pedidos de aquisição de Processos para concursos a que o CESAB vá concorrer e assinar, em representação do CESAB, as propostas em concursos formais e não formais, a que o CESAB concorra, quer através das plataformas electrónicas de contratação pública, quer através de outra forma escrita, e/ou aos contratos daí resultantes e demais documentação conexa.**-----

III. Ao abrigo do n.º 8 do artigo 22º dos Estatutos, delegar:-----

1. Na Directora Técnica de Laboratório, Dr.ª Elsa Correia Barracho - competências para proceder às consultas e efectuar aquisições de materiais e reagentes para laboratório até ao montante de 300,00 € (trezentos Euros) e para assinar o expediente relativo ao laboratório (compras, encomendas, reclamações etc.) -----




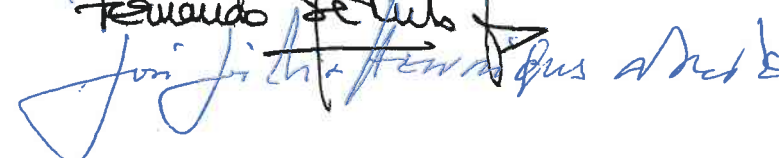
2. Na funcionária administrativa Maria Paulino - autorização para proceder a pequenos pagamentos e pequenas aquisições com o fundo de maneiio, até ao limite de 300,00€ (trezentos

ACTAS

Euros), bem como assinar em nome do CESAB, os documentos de impostos a declarar dentro do calendário fiscal (folhas de remunerações de segurança social e respectivo fax de transferência para o IGFSS, Pagamento de IRS e outros impostos a pagar) ". Autorização para efetuar o pagamento, por transferência bancária através do multibanco, a fornecedores, impostos apurados e devidos ao estado, a funcionários, e outras despesas, desde que consideradas no plano de pagamentos aprovado pelo Conselho de Administração em cada reunião. Autorização para pagamento, por multibanco, de despesas excepcionais e não previstas, desde que ratificadas pelo Conselho de Administração; -----

IV- Autorizar a assinatura de documentos de expediente geral pelos vários colaboradores, no âmbito estrito das suas funções, que lhes estão atribuídas e descritas nos documentos internos de gestão de recursos humanos- nomeadamente Manual da Qualidade, descrição de funções, matriz de competências e contractos de trabalho. -----

Nada mais havendo a tratar e dado o adiantado da hora, foi encerrada a reunião e lavrada a presente acta que depois de lida e aprovada irá ser assinada pelos membros presentes nesta reunião. -----

4. Diversos

CENTRO DE SERVIÇOS DO AMBIENTE — CESAB

Certifico que, por escritura de 29 de Julho de 1992, exarada a fl. 18 do livro de notas respectivo n.º 111-E do 2.º Cartório da Secretaria Notarial de Coimbra, a cargo do notário licenciado Avelino Augusto da Silva, foi constituída, por tempo indeterminado, a associação com a denominação de Centro de Serviços do Ambiente — CESAB, que é uma associação científica e técnica de direito privado e de interesse público, sem fim lucrativo, com sede provisória em Coimbra, na Rua do Padre Estêvão Cabral, 72, 2.º, cuja área de actuação será a Região Centro, conforme definida na nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos (NUT II), e que poderá filiar-se, associar-se ou aderir a organismos afins, nacionais, estrangeiros ou internacionais, bem como criar delegações ou quaisquer outras formas de representação.

A associação tem por objectivo o apoio técnico e científico ao desenvolvimento de acções de protecção ambiental e nomeadamente à exploração de sistemas de saneamento básico de qualidade, em especial através da prestação de serviços nos domínios do apoio técnico e controlo dos sistemas de saneamento básico, da formação profissional, da investigação científica e da inovação tecnológica e da difusão da informação, quer isoladamente quer em colaboração com outros organismos, instituições e pessoas colectivas, públicas ou privadas.

As actividades a desenvolver pela associação deverão corresponder aos interesses regionais no domínio da qualidade do ambiente, em especial no domínio de saneamento básico prestando apoio técnico ao funcionamento e o controlo das estações de tratamento de águas residuais.

Para prossecução dos seus fins, o CESAB procurará compatibilizar as suas capacidades e os seus planos de actividades com as necessidades dos utilizadores e beneficiários da sua actividade.

Os associados, pessoas colectivas ou singulares, agrupam-se em três categorias: fundadores, efectivos e honorários.

Podem ser associados efectivos do CESAB todas as pessoas colectivas ou singulares que possuam e ou explorem sistemas de saneamento básico, que possuam e ou explorem estações de tratamento de águas residuais industriais, que se dediquem à investigação, ao ensino, ao planeamento e à prestação de serviços nos domínios do saneamento básico e do ambiente, e do desenvolvimento regional e local.

São associados fundadores os que subscreveram os estatutos da associação no acto da sua constituição ou vierem a aderir nos 90 dias subsequentes.

São associados efectivos as pessoas colectivas que não tendo subscrito os estatutos da associação no acto da sua constituição vierem a ser admitidos pela assembleia geral posteriormente ao referido no parágrafo anterior.

São associados honorários os indivíduos ou pessoas colectivas a quem a assembleia geral, sob proposta do conselho de administração, atribua tal estatuto de honra pelo valor técnico ou científico de trabalhos efectuados ou pela colaboração prestada ao CESAB.

Perdem a qualidade de associados:

- Os que, por escrito, o solicitarem ao conselho de administração;
- Os interditos, os comprovadamente incapacitados, os falidos ou insolventes ou os que forem dissolvidos;
- Os que, pela sua conduta, deliberadamente contribuíam ou concorram para o descrédito, desprestígio ou prejuízo do CESAB;
- Os que desrespeitem os deveres estatutários, regulamentares e contratuais ou injustificadamente desobedeçam às deliberações legalmente tomadas pelos órgãos do CESAB;
- Os que tenham em atraso o pagamento da respectiva quota durante um período a definir em regulamento interno.

A exclusão é sempre determinada pela assembleia geral por maioria absoluta, por iniciativa própria ou por proposta fundamentada do conselho de administração.

Constituem receitas ordinárias do CESAB:

- A jóia;
- As quotas dos associados;
- Os rendimentos dos bens próprios e o valor dos serviços prestados.

Constituem receitas extraordinárias as provenientes de:

- Subvenções que lhe sejam concedidas;
- Quaisquer donativos, doações, legados ou outros proventos.

Conferida, está conforme.

Secretaria Notarial de Coimbra, 29 de Setembro de 1992. — O Ajudante, *Raul Dias de Almeida*.
0-2-26 582

CASA DO POVO DE ESPARIZ — ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA E DE FOMENTO SOCIAL

Sede: Espariz, Tábua

Certifico que, no Cartório Notarial de Tábua, a cargo do notário licenciado em Direito António da Fonseca Cortês, foi hoje lavrada uma escritura a fls. 114 e seguintes do competente livro de notas n.º 56-C, mediante a qual foram alterados na sua totalidade os estatutos da Casa do Povo de Espariz, pessoa colectiva n.º 500917256, com sede no lugar e freguesia de Espariz, deste concelho, que passou a adoptar a denominação em epígrafe, tornando-se uma instituição particular de solidariedade social, visando promover acções de solidariedade social, designadamente actividades de protecção à infância e juventude, família, comunidade e população activa, aos idosos e deficientes e secundariamente acções de âmbito desportivo, cultural e recreativo.

Nela podem inscrever-se quaisquer pessoas que o requeiram, mediante o pagamento de uma jóia inicial e de uma quota mensal mínima, e tem por órgãos a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal, regendo-se, no que for omissivo, pelo regulamento geral interno e pelas normas legais aplicáveis.

Está conforme.

Cartório Notarial de Tábua, 22 de Maio de 1982. — O Segundo-Ajudante, *Mário de Almeida Loureiro*.
0-2-26 906

ASSOCIAÇÃO DE CAÇADORES DO MONTE DA CARRASCA

Certifico que, por escritura de 14 de Fevereiro de 1992, iniciada a fl. 30 do livro de notas n.º 153-E do 1.º Cartório Notarial de Sintra, a cargo do notário Celso dos Santos, foi constituída a Associação de Caçadores do Monte da Carrasca, com sede social no Outeiro da Margalha, Murches, freguesia de Alcabideche, concelho de Cascais, nos termos seguintes:

- É uma Associação sem fins lucrativos;
- São objectivos da Associação o desenvolvimento da actividade venatória e a defesa e protecção dos recursos cinegéticos;
- Os fundos da Associação provêm das jóias, quotas e demais importâncias de acordo com o que for aprovado;
- São órgãos da Associação a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

Está conforme com o original.

1.º Cartório Notarial de Sintra, 18 de Fevereiro de 1992. — O Escriurário Superior, (*Assinatura ilegível*).
0-2-26 908

ASSOCIAÇÃO NORTE CULTURAL

Certifico que, por escritura de 7 de Junho de 1992, exarada de fl. 54 a fl. 57 do livro n.º 7-E de escrituras diversas do Cartório Notarial de Vila Real, a cargo da notária licenciada Maria José da Silva Lima, foi constituída uma associação com a denominação em epígrafe, a qual tem a sua sede provisória no Edifício da Assembleia Distrital de Vila Real, sito na Avenida de Carvalho Araújo, em Vila Real.

Tem por objecto a promoção e divulgação cultural em todas as suas vertentes, nomeadamente o apoio à criação e funcionamento de uma orquestra regional.

Os sócios poderão ser efectivos, honorários e beneméritos, estando os primeiros obrigados ao pagamento de uma jóia de entrada e de uma quotização mensal.

São órgãos da Associação Norte Cultural a assembleia geral, a direcção e o conselho fiscal.

As despesas da Associação serão suportadas pelas seguintes receitas:

- Quotas dos associados;
- Rendimentos dos serviços prestados e de bens próprios;
- Donativos, subsídios, legados e outras receitas aceites pela direcção.

Está conforme.

Cartório Notarial de Vila Real, 12 de Junho de 1992. — A Ajudante Principal, (*Assinatura ilegível*).
0-2-26 915

CLUBE OS AMIGOS DOS TORDOS

Certifico que, por escritura de 16 de Setembro de 1992, exarada de fl. 1 a fl. 3 do livro de notas para escrituras diversas n.º 561-H

42-244
2

1

SECRETARIA NOTARIAL DE COIMBRA

Segundo CARTÓRIO

Esta fotocópia com a prior de certidão em.....
folhas de papel. é a reprodução fiel da escritura exarada de
folhas..... a folhas.....

Verso..... de livro de notas para escrituras diversas
número..... deste
cartório.

Coimbra, a de de
O Ajudante

[Handwritten signature: Maria Helena Santos Nunes]

CONTA:

Art.º 18 n.º 1	300,00
Art.º 18 n.º 2	250,00
Art.º 18 n.º 3	50,00
Art.º 25 d)	1,00
Art.º 25 e)	1,00
Art.º 32	1,00
Selo	1,00
Selo f	1,00
Selo do acto	1,00
TOTAL	604,00

[Handwritten signature]
CONFERIDA E REGISTADA
POR O N.º 264

[Handwritten signature]

Anexos: N.º 1
 O acto de constituição
 de associações L.º 10
 for esta escrituras
 ratificado pelo "for
 em cat. de habitação
 do concelho de Coimbra
 - AICP", que nos dá
 to for representante
 pelo seu Presidente da
 Direcção, Manuel de
 Almeida Rodrigues
 Magalhães, na qualidade
 de seu representante
 especial, conforme
 data n.º 8/92, da qual
 não se dá fé.
 mesma associação
 a qual se refere
 uma fotocópia que
 se encontra no mesmo
 de documentos dos.

111-E	18
Livro	Folhas

[Handwritten signature]

CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

No dia vinte e nove de Julho de mil novecentos e noventa e dois, na Rua Bernardim Ribeiro, nº 80, em Coimbra, perante mim, Lic. Avelino Augusto da Silva, notário do Segundo Cartório da Secretaria Notarial desta cidade, compareceram, como outorgantes:


PRIMEIRO:

Professor Doutor MANUEL AMÂNCIO VIEGAS ABREU, casado, natural da freguesia e concelho de Olhão e residente em Coimbra, na Rua Infanta D. Maria, nº 426, 7.º, titular do BI nº 217399, de 29/12/1988, o qual intervém nesta escritura na qualidade de Presidente e em nome e representação, com poderes para este acto, da "COMISSÃO DE COORDENAÇÃO DA REGIÃO CENTRO", Organismo da Administração Pública com sede em Coimbra, nesta Rua Bernardim Ribeiro, nº 80, titular do CIPC nº 600 000 141, em conformidade com um ofício deste Organismo e com o despacho da Secretaria de Estado da Administração Local e Ordenamento do Território, exarado no mesmo ofício, documento que se arquiva.

SEGUNDO:

Dr. AFONSO SEQUEIRA ABRANTES, casado, natural da freguesia de Videmonte, do concelho da Guarda, e residente em Vale de Acores, concelho de Mortágua, o qual intervém nesta escritura na qualidade de Presidente e em

for the same as much
mentos a por se a
deu o n.º 3, do art.
142º, do E.º do N.º 1
r.º do, suplantando a
um correcto, de
contação, pelo o n.
28.
Em 14-8-1992
6 de Agosto
Hidráulica

 21

nome e representação, com poderes para este acto, da "CÂMARA MUNICIPAL DE MORTÁGUA", titular do CIPC com o número 680 012 222, em conformidade com um ofício da mesma Câmara e com uma fotocópia de cada uma das actas da reunião da Assembleia Municipal respectiva, realizadas em 26 de Junho do ano corrente e 26 de Fevereiro do mesmo ano.

O outorgante é titular do BI nº 625873, de 14/5/1985.

TERCEIRO:

Engº JOAO ANDRADE CARVALHO, casado, natural da freguesia de Orca, do concelho do Fundão, e residente na Rua Sra de Mércules, nº 35-D, em Castelo Branco, titular do BI nº 4004014, de 29/12/1988, o qual intervém nesta escritura na qualidade de Chefe de Serviços de Águas e Saneamento e em nome e representação, com poderes para este acto, dos "SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE CASTELO BRANCO", Organismo da Administração Pública, titular do CIPC número 680 017 640, em conformidade com um extracto da acta da reunião ordinária dos mesmos Serviços, realizada em 26 de Junho do ano corrente, e ainda com uma credencial passada pelo seu Director-Delegado.

QUARTO:

LUIS TOMAS SANTOS DE OLIVEIRA, casado, natural da freguesia de Marrazes, do concelho de Leiria, e residente na Rua Poeta Acácio Leitão, nº 33, 4º, Escº, em Leiria,

111-E	19
Livro	Folhas

titular do BI nº 671376, de 26/3/1982, o qual intervem nesta escritura na qualidade de vereador em regime de permanência e em nome e representação, com poderes para este acto, de "CÂMARA MUNICIPAL DE BATALHA", titular do CIPC nº 680 022 180, em conformidade com uma certidão da acta nº 3/92, da Assembleia Municipal da mesma Câmara, e com uma credencial passada pelo Presidente daquele Município.

QUINTO:

CARLOS ALBERTO PINTO, casado, natural da freguesia de S. Pedro, do concelho da Covilhã, e residente na Praceta Dr. Duarte Simões, na Covilhã, titular do BI nº 401704, de 22/7/1991, o qual intervem nesta escritura na qualidade de Presidente e em nome e representação, com poderes para este acto, da "CÂMARA MUNICIPAL DA COVILHÃ", titular do CIPC nº 680 010 467, em conformidade com os seguintes documentos:



a)- fotocópia da acta da reunião da Câmara, realizada em 12 de Maio do ano corrente;

b)- fotocópia da acta da sessão da Assembleia Municipal, realizada em 9 de Junho do mesmo ano;

c)- certidão passada pelo Departamento Municipal de Administração e Finanças do respectivo Município.

SEXTO:

FERNANDO MANUEL DA CONCEIÇÃO MANATA, casado,

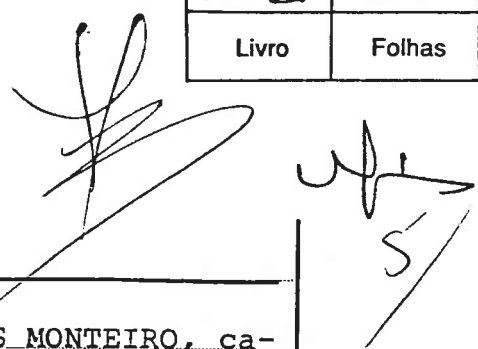
natural e residente na vila, freguesia e concelho de Figueiró dos Vinhos, titular do BI nº 642074, de 22/5/1987, o qual intervém nesta escritura na qualidade de Presidente e em nome e representação, com poderes para este acto, da "CÂMARA MUNICIPAL DE FIGUEIRÓ DOS VINHOS", titular do CIPC nº 680 007 911, em conformidade com os seguintes documentos:

- a)- ofício nº 3.281, do respectivo Município;
- b)- extracto da acta da reunião da mesma Câmara, realizada em 14 de Maio do ano corrente;
- c)- fotocópia da acta da reunião da Assembleia Municipal daquela Câmara, realizada em 22 de Maio de 1990;
- d)- credencial passada pela mesma Câmara, em um dos meses corrente.

SETIMO:

MANUEL LOPES MARTINHO, casado, natural e residente na vila, freguesia e concelho de Oliveira de Frades, titular do BI nº 677431, de 7/1/1985, o qual intervém nesta escritura na qualidade de vereador e em nome e representação, com poderes para este acto, da "CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE FRADES", titular do CIPC com o número 501 306 234, em conformidade com uma fotocópia da acta nº 92, da reunião da Assembleia Municipal da mesma Câmara e com uma credencial passada pelo Presidente do mesmo Município.

111-E	20
Livro	Folhas



OITAVO:

Dr. LEONIDIO DE FIGUEIREDO GOMES MONTEIRO, casado, natural da freguesia de Pindo, do concelho de Penalva do Castelo, e residente no lugar e freguesia da Insua, do mesmo concelho, titular do BI nº 3600549, de 30/3/1992, o qual intervem nesta escritura na qualidade de Presidente e em nome e representação, com poderes para este acto, da "CÂMARA MUNICIPAL DE PENALVA DO CASTELO", titular do CIPC nº 680 019 332, em conformidade com os seguintes documentos:

- a)- ofício nº 1.326, daquela Câmara;
- b)- certidão da acta da sessão ordinária da Assembleia Municipal da mesma Câmara;
- c)- certidão da acta da reunião ordinária daquele Município.

NONO:

Dr. FRANCISCO FERNANDO MARTINS RIBEIRO, casado, natural da freguesia de Meimoa, do concelho de Penamacor e residente na Rua Vale da Carapuça, nº 1, 1º, Dtº, em Penamacor, titular do BI nº 2574011, de 30/3/1988, o qual intervem nesta escritura na qualidade de Presidente e em nome e representação, com poderes para este acto, da "CÂMARA MUNICIPAL DE PENAMACOR", titular do CIPC número 680 005 595, em conformidade com uma declaração passada pela Assembleia Municipal e por uma credencial passada

pela mesma Câmara.

DECIMO:

Dr. MANUEL DE ALMEIDA MOREIRA, casado, natural da freguesia e concelho de S. Pedro do Sul, e residente na Rua de Santo António, fracção B, em S. Pedro do Sul, titular do BI nº 1450636, de 29/7/1991, o qual intervem nesta escritura na qualidade de vereador e em nome e representação, com poderes para este acto, da "CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO SUL", titular do CIPC com o número 680 021 620, em conformidade com uma certidão passada pela Assembleia Municipal e com uma credencial da mesma Câmara.

DECIMO PRIMEIRO:

Engº VITOR JOSE PEDROSA DA SILVA, casado, natural da freguesia de Coimbrão, do concelho de Leiria, e residente na Rua Direita, nº 212, na Quinta do Picado, freguesia de Aradas, do concelho de Aveiro, titular do BI nº 648023, de 7/5/1986, o qual intervem nesta escritura na qualidade de Presidente do Conselho de Administração e em nome e representação, com poderes para este acto, dos "SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE AVEIRO", Organismo da Administração Pública, titular do CIPC nº 680 012 842, em conformidade com uma certidão da acta da reunião daquele Conselho de Administração e com uma credencial dos Serviços Administrativos daquele Organismo.

111-E	21
Livro	Folhas

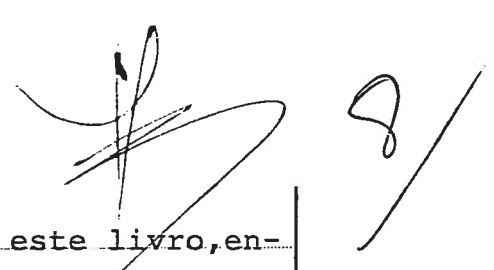
DECIMO SEGUNDO:

Dr. JOSE DE SAMPAIO LOPES, casado, natural da freguesia de Santar, do concelho de Nelas, e residente na Rua Vasco da Gama, nº 5, 3º, Esqº, no Fundão, titular do BI nº 633152, de 23/7/1987, o qual, conjuntamente com o NONO outorgante, intervem em nome e representação da associação denominada "ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA COVA DA BEIRA", com sede na Rua Combatentes da Grande Guerra, na Còvilhã, na qual exercem as funções de Presidente e Vogal, respectivamente, qualidade e poderes que verifiquei por uma fotocópia da acta da reunião do Conselho de Administração da mesma Associação, entidade esta que é titular do CIPC nº 501 600 396.

DECIMO TERCEIRO:

MANUEL SIMOES RODRIGUES MARQUES, casado, natural e residente no lugar e freguesia de Albergaria dos Doze, do concelho de Pombal, titular do BI nº 1446990, de 21/1/1992, o qual intervem nesta escritura na qualidade de gestor de negócios da associação denominada "ASSOCIAÇÃO DE INDUSTRIAIS DO CONCELHO DE POMBAL - AICP", com sede em Pombal, na Avenida Heróis do Ultramar, Bloco B, 1º, Esqº, titular do CIPC nº 501 543 910, na qual exerce as funções de Presidente da Direcção.

Todos os documentos que foram referidos, comprovativos das indicadas qualidades e poderes, ficam arqui-


vados no maço de documentos respeitante a este livro, encontrando-se autenticados os que são apresentados sob a forma de fotocópia.

Verifiquei a identidade dos outorgantes pelos seus referidos BI, que exibiram, todos emitidos pelo CICO-Lisboa.

E, nas qualidades em que respectivamente intervêm, disseram:

Que, pela presente escritura, na qualidade de membros da comissão organizadora ou instaladora, de comum acordo, constituem, por tempo indeterminado, a contar desta data, uma associação científica e técnica, de direito privado e de interesse público, sem fim lucrativo, com a denominação "CENTRO DE SERVIÇOS DO AMBIENTE - CESAB", com sede provisória em Coimbra, na Rua Padre Estêvão Cabral, nº 72, 2º, a qual fica a reger-se pelos estatutos constantes do documento complementar elaborado nos termos do nº 2, do artigo 78º, do Código do Notariado, o qual fica arquivado no maço de documentos respeitante a este livro, como fazendo parte integrante da presente escritura, e cujo conteúdo declararam conhecer perfeitamente e aceitar, pelo que é dispensada a sua leitura.

ASSIM O DISSERAM.

Foi exibido o certificado de admissibilidade da

111-E	22
Livro	Folhas

denominação adoptada pela presente associação, passado pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas, em 28 de Maio do ano corrente.

Preveni os outorgantes da obrigatoriedade de ser publicado um extracto desta escritura, no Diário da República, para produzir efeitos em relação a terceiros, os quais foram também prevenidos de que este acto de constituição não produz efeitos em relação à entidade gestida, enquanto por esta não for ratificado.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e feita a explicação do seu conteúdo, em voz alta, na presença simultânea dos mesmos. Rasurado: "titular da", "Mércules", "Junho do ano", "Presidente", "acta".

Manuel Liege Abreu
Hortelano

João Baptista Cardoso
Oliveira

António José
Fernão Fernandes
Espalhe o papel e escreva
A quem venturo
Fazendo a escritura de constituição
António José de Almeida

~~for de L.A. Gr~~
~~Account up to~~
O. N. Starn

~~10~~

10

Account up to
Auto registered no 64. up to

[The remainder of the page is crossed out with a large diagonal line.]



-----CENTRO DE SERVICOS DE AMBIENTE-----

-----CAPÍTULO I-----

-----DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJECTIVOS-----

-----ARTIGO 1º-----

---1. É constituída uma associação científica e técnica, de direito privado e de interesse público, por tempo indeterminado e sem fins lucrativos denominada "CENTRO DE SERVIÇOS DE AMBIENTE", abreviadamente designada por CESAR -----

---2. O CESAR tem a sua sede provisória em Coimbra, na Rua Padre Estevão Cabral nº 72 - 2º - 3000 Coimbra, podendo ser transferida para qualquer outro local mediante simples deliberação da assembleia geral.-----

---3. A área de actuação do CESAR será a Região Centro, conforme definida na nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos (NUT II).-----

---4. O CESAR poderá filiar-se, associar-se ou aderir a organismos afins, nacionais, estrangeiros ou internacionais, bem como criar delegações ou quaisquer outras formas de representação -----

-----ARTIGO 2º-----

---1.O CESAR tem por objectivo o apoio técnico e científico ao desenvolvimento de acções de protecção ambiental e nomeadamente à exploração de sistemas de saneamento básico de qualidade, em especial através da prestação de serviços nos domínios do apoio técnico e controlo dos sistemas de saneamento básico, da formação profissional, da investigação científica e da inovação tecnológica e da difusão da informação, quer isoladamente quer em colaboração com outros organismos, instituições e pessoas colectivas, públicas ou privadas.-----

---2. As actividades a desenvolver pelo CESAR deverão corresponder aos interesses regionais no domínio da qualidade do ambiente, em especial, no domínio de Saneamento Básico prestando apoio técnico ao funcionamento e o controlo das estações de tratamento de águas residuais. -----

---3. Para prossecução dos seus fins, o CESAR procurará compatibilizar as suas capacidades e os seus planos de actividades com as necessidades dos utilizadores e beneficiários da sua actividade. --

Handwritten notes at the top: "24.14", "Moby", "13/11", "H. 2", "12", and a signature.

LT.°	Fls.
302.°	Fls. 96

-----CAPÍTULO II-----

-----ASSOCIADOS-----

-----ARTIGO 3º-----

---1. Os Associados, pessoas colectivas ou singulares, agrupam-se em três categorias:-----

-----a) Fundadores -----

-----b) Efectivos -----

-----c) Honorários -----

-----§ Podem ser associados efectivos do CESAR todas as pessoas colectivas ou singulares que possuam e/ou explorem sistemas de saneamento básico, que possuam e/ou explorem estações de tratamento de águas residuais industriais, que se dediquem à investigação, ao ensino, ao planeamento e à prestação de serviços nos domínios do saneamento básico e do ambiente, e do desenvolvimento regional e local.-----

---2. São associados fundadores os que subscreverem estes estatutos no acto da sua constituição, ou vierem a aderir noventa ~~trinta~~ dias subsequentes.-----

---3. São associados efectivos do CESAR as pessoas colectivas que não tendo subscrito estes Estatutos no acto da sua constituição, vierem a ser admitidos pela Assembleia Geral posteriormente ao referido no nº 2.-----

---4. São associados honorários os indivíduos ou pessoas colectivas a quem a Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração, atribua tal estatuto de honra pelo valor técnico ou científico de trabalhos efectuados ou pela colaboração prestada ao CESAR.-----

-----ARTIGO 4º-----

---1. Constituem direitos dos associados fundadores.-----

-----a) Terem direito de preferência na prestação de Serviços pelo e/ou ao CESAR mediante condições a definir em Assembleia Geral.-----

-----b) Eleger e ser eleito para os cargos dos órgãos do CESAR, nos termos deste estatuto.-----

-----c) Tomar parte e votar nas Assembleias gerais, elegendo a respectiva mesa.-----

-----d) Ter preferência na utilização dos serviços do CESAR, segundo as condições a fixar em regulamento próprio; -----

Handwritten notes at top: "Wf. 77", "17/11/77", "48.3", "Quin", "v/f 5", "13".

17.º	17
201.º	17

-----e) Solicitar as informações e esclarecimentos que tiverem por convenientes sobre a condução das actividades do CESAR e, nomeadamente, serem informados dos resultados dos estudos efectuados, salvaguardada, em qualquer caso, a confidencialidade dos mesmos; -----

-----f) Exercer os poderes previstos nos presentes Estatutos e nos regulamentos internos do CESAR.-----

---2. Constituem direitos dos associados efectivos: -----

-----a) Elegger e ser eleito para os cargos dos órgãos do CESAR nos termos destes Estatutos;-----

-----b) Tomar parte e votar nas Assembleias Gerais, elegendo a respectiva mesa;-----

-----c) Apresentar sugestões relativas à realização dos objectivos estatutários;-----

-----d) Ter preferência na utilização dos serviços do CESAR, segundo as condições a fixar em regulamento próprio; -----

-----e) Solicitar as informações e esclarecimentos que tiverem por convenientes sobre a condução das actividades do CESAR e, nomeadamente, serem informados dos resultados dos estudos efectuados, salvaguardada, em qualquer caso, a confidencialidade dos mesmos; -----

-----f) Exercer os poderes previstos nos presentes Estatutos e nos regulamentos internos do CESAR.-----

---2 Os associados honorários apenas usufruem dos direitos referidos nas alíneas c) e e) do número dois, bem como tomar parte, sem direito a voto, nas Assembleias Gerais.-----

-----ARTIGO 5º-----

---1. Constituem deveres dos associados fundadores e efectivos: -----

-----a) Desempenhar com zelo e diligência os cargos para que tenham sido eleitos, salvo motivo especial de escusa reconhecidamente impeditiva; -----

-----b) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais aplicáveis ao CESAR, bem como os estatutos, regulamentos internos e deliberações dos seus órgãos; -----

-----c) Colaborar nas actividades promovidas pelo CESAR, bem como em todas as acções necessárias à prossecução dos seus objectivos; -----

-----d) Pagar a jóia e as quotas que forem fixadas de acordo com os estatutos,-----

vt 174
Fulley #
98
2. Os associados honorários apenas estão vinculados ao cumprimento do dever estabelecido na alínea b) do número anterior.

ARTIGO 6º

1. Perdem a qualidade de associados:

a) Os que, por escrito, o solicitarem ao Conselho de Administração;

b) Os interditos, os comprovadamente incapacitados, os falidos ou insolventes ou os que forem dissolvidos;

c) Os que, pela sua conduta, deliberadamente contribuam ou concorram para o descrédito, desprestígio ou prejuízo do CESAR;

d) Os que desrespeitem os deveres estatutários, regulamentares e contratuais ou injustificadamente desobedeçam às deliberações legalmente tomadas pelos órgãos do CESAR;

e) Os que tenham em atraso o pagamento da respectiva quota durante um período a definir em regulamento interno.

2. A exclusão é sempre determinada pela Assembleia Geral por maioria absoluta, por iniciativa própria ou por proposta fundamentada do Conselho de Administração;

CAPÍTULO III

ORGÃOS SOCIAIS

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES COMUNS

ARTIGO 7º

1. Constituem órgãos sociais do CESAR:

a) A Assembleia Geral;

b) O Conselho de Administração;

c) O Conselho Fiscal;

2. Por decisão da Assembleia Geral poderá ser criado um órgão consultivo designado Conselho Científico e Técnico, com as competências determinadas no artigo vigésimo sexto destes estatutos --

3. Os titulares dos cargos da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são eleitos em Assembleia Geral, pelos associados, para o desempenho de mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição por uma ou mais vezes consecutivas. -----

4. As candidaturas ao desempenho de cargos sociais devem constar de listas separadas, sendo uma para a Mesa da Assembleia Geral, outra para o Conselho de Administração e outra para o Conselho Fiscal, com a identificação dos titulares efectivos, de dois suplentes e dos cargos de Presidente e Vice-Presidente ou secretários, se os houver. -----

5. A apresentação das candidaturas para os cargos sociais deverá ser feita ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até quinze dias antes da data marcada para a assembleia em que as eleições devam ter lugar. -----

6. A posse dos titulares dos cargos dos órgãos sociais é conferida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, mantendo-se os cessantes ou demissionários em exercício de funções até que aquela se verifique. -----

ARTIGO 8º -----

1. Os titulares dos cargos da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal assumem perante estes órgãos um poder de representação dos associados que legitimaram a sua indicação. -----

2. Os titulares dos cargos do Conselho de Administração assumem-se, para todos os efeitos, como pessoas singulares que, por mandato de representação, foram designadas para ocupar aqueles cargos pelos associados eleitos para este Órgão. -----

ARTIGO 9º -----

O Conselho Fiscal e o Conselho de Administração só podem tomar deliberações válidas quando esteja presente a maioria dos seus membros, excepto em relação aos actos ou funções para os quais este último órgão tenha estabelecido delegação de competências. -----

ARTIGO 10º -----

As deliberações dos órgãos do CESAR são tomadas por maioria absoluta dos sócios presentes, sempre que a lei não exija outro tipo de maioria. -----

§ 1º - As votações respeitantes a eleições para os cargos dos órgãos e a assuntos de incidência pessoal serão feitas por escrutínio secreto, processo que igualmente será adoptado sempre que a

17 de 6
16
20
lei, os estatutos ou a Assembleia Geral assim o determine.

---§ 2º - Os Presidentes dos órgãos têm voto de qualidade.---

-----ARTIGO 11º-----

---Será sempre lavrada acta das reuniões de qualquer órgão, a qual deve ser assinada, pelos titulares presentes, mas bastando no caso da Assembleia Geral a dos elementos da respectiva Mesa.

-----ARTIGO 12º-----

--- Ocorrendo alguma vaga nos cargos dos órgãos sociais será a mesma provida pela entrada de um suplente pela ordem indicada na lista eleita. -----

-----ARTIGO 13º-----

--- Ocorrendo alguma vaga no cargo de Presidente de qualquer dos órgãos sociais, será a mesma provida mediante deliberação da primeira Assembleia Geral Ordinária que venha a efectuar-se, ou em sessão extraordinária expressamente convocada para o efeito.-----

-----ARTIGO 14º-----

---A Assembleia Geral pode deliberar que seja remunerado o desempenho dos cargos dos órgãos sociais.-----

-----SECÇÃO 1-----

-----ASSEMBLEIA GERAL-----

-----ARTIGO 15º-----

---A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos associativos e as suas deliberações são soberanas, tendo apenas por limite as disposições imperativas da Lei e dos presentes Estatutos. -----

-----ARTIGO 16º-----

---1. A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa composta por um Presidente e dois Secretários, eleitos de entre os seus associados fundadores e efectivos, competindo ao Primeiro Secretário substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.-----

---2. Ao Presidente da Mesa compete convocar e dirigir os trabalhos da Assembleia, no que será coadjuvado pelos dois secretários.-----

-----§ único - Só poderão ser tomadas deliberações sobre assuntos que constam da respectiva ordem de trabalhos, salvo se, estando presentes todos os associados, estes deliberarem por unanimidade, a inclusão de qualquer outro assunto.-----

Handwritten signatures and notes at the top of the page, including "A. A", "G.M.", "Ferreira", and "B. S.".

ARTIGO 19º

---É admissível a representação de um associado por outro, desde que o mandato conste de carta do representado dirigida ao Presidente da Assembleia Geral.---

ARTIGO 20º

---1. A Assembleia Geral não pode deliberar em primeira convocação sem a presença da maioria absoluta dos associados efectivos.---

---2. Não se realizando a Assembleia pelo motivo indicado no número anterior, a mesma realizar-se-á em segunda convocatória, trinta minutos após a hora marcada, com qualquer número de presenças.---

ARTIGO 21º

---1. Compete à Assembleia Geral:---

-----a) Eleger e destituir, em votação por escrutínio secreto, a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal;---

-----b) Deliberar sobre a criação do Conselho Científico e Técnico, previsto no nº2 do artº 7º -----

-----c) Admitir associados efectivos e honorários, nos termos do artigo 3º destes estatutos.---

-----d) Apreciar e votar os planos anual e plurianual de actividades. -----

-----e) Apreciar e votar o orçamento anual e orçamentos suplementares, se os houver; -----

-----f) Admitir associados e atribuir-lhes a respectiva categoria nos termos do artigo 3º.-----

-----g) Fixar os montantes da jóia e quotas dos associados; -----

-----h) Deliberar sobre a exclusão de associado; -----

-----i) Aprovar os regulamentos internos;-----

-----j) Deliberar sobre recursos dos actos do Conselho de Administração; -----

-----l) Conceder autorização para alienação de bens imóveis;-----

-----m) Alterar os estatutos, nos termos do artigo 33º, e velar pelo seu cumprimento;-----

-----n) Deliberar sobre projectos de filiação, adesão ou associação bem como de criação de delegações ou quaisquer outras formas de representação; -----

-----o) Deliberar sobre a dissolução do CESAR nos termos do artigo.34º-----

Handwritten signatures and initials at the top of the page.
-----p) Exercer os demais poderes conferidos por lei e pelos estatutos, ou outros que não sejam de competência exclusiva dos restantes órgãos; -----

---2. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria dos associados presentes, com excepção do previsto nos números dois e três do artigo 33º e do número dois do artigo 34º.---

-----SECÇÃO III-----

-----CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO-----

-----ARTIGO 22º-----

---1. O Conselho de Administração é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e três vogais, devendo todos serem membros efectivos e, de entre estes, pelo menos dois deles terem a categoria de associado fundador;-----

---2. Ao Presidente compete convocar e dirigir os trabalhos do Conselho de Administração. -----

---3. O Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente, nas suas faltas e impedimentos ou por um dos vogais expressamente designado para o efeito. -----

---4. A falta de qualquer dos titulares a reuniões poderá implicar a perda do mandato, nos termos a definir por regulamento interno. -----

---5. O Conselho de Administração, distribuirá as diferentes funções entre os seus membros. -----

---6. O Conselho de Administração poderá delegar parte das suas competências, devidamente especificadas, em algum ou alguns dos seus membros, e/ou num director executivo. -----

-----ARTIGO 23º-----

---O Conselho de Administração do CESAR reúne ordinariamente pelo menos uma vez por mês e extraordinariamente por iniciativa do Presidente ou da maioria dos seus membros ou a requerimento do Conselho Fiscal. -----

-----ARTIGO 24º-----

--1. Ao Conselho de Administração compete exercer os poderes e actividades necessários à execução dos objectivos estatutários do CESAR e, designadamente, os seguintes:-----

-----a) Administrar os bens do Instituto e dirigir a sua actividade podendo para esse efeito, contratar pessoal e colaboradores, fixando as condições de trabalho e exercendo a respectiva disciplina; -----

107-17
24
22

-----b) Constituir mandatários, os quais obrigarão o Instituto de acordo com a extensão dos respectivos mandatos;-----

-----c) Elaborar o relatório anual e contas do exercício, os planos anual e plurianual de actividades, o orçamento anual e outros documentos que se mostrem necessários a uma eficaz gestão económica e financeira do CESAR;-----

-----d) Decidir sobre a realização dos trabalhos de investigação a executar para associados ou terceiros e sobre a publicação dos resultados obtidos pela actividade do CESAR;-----

-----e) Dar execução aos planos e deliberações aprovados em Assembleia Geral;-----

-----f) Dirigir o serviço de expediente e tesouraria;-----

-----g) Elaborar regulamentos internos;-----

-----h) Representar o Instituto em juízo ou fora dele, activa e passivamente, podendo delegar essa representação num dos seus membros;-----

-----i) Requerer a convocação da Assembleia Geral;-----

-----j) Requerer a convocação do Conselho Científico e Técnico;-----

-----l) Alienar bens móveis do CESAR, com parecer favorável do Conselho Fiscal e bens imóveis, depois da autorização da Assembleia Geral;-----

-----m) Aceitar subscrições, donativos, doações ou legados;-----

-----n) Exercer os demais poderes conferidos pela lei e pelos estatutos.-----

---2. O CESAR obriga-se pelas assinaturas conjuntas da maioria dos membros do Conselho de Administração, assim como pela assinatura de um ou mais mandatados com poderes especiais.---

---3. O Conselho de Administração poderá delegar em funcionários poderes para a prática de actos de mero expediente;-----

---4. Dos actos do Conselho de Administração cabe recurso para a Assembleia Geral, a interpor nos oito dias imediatos ao seu conhecimento.-----

-----SECÇÃO IV-----

-----CONSELHO FISCAL-----

-----ARTIGO 25²-----

LIT. _____ Fls. _____
BBL. _____ Fls. 25

---1. O Conselho Fiscal é constituído por três membros, eleitos de entre os associados, podendo ser assessorados por um revisor oficial de contas. -----

----2. O Presidente do conselho fiscal pode intervir, sem direito a voto, nas reuniões do Conselho de Administração, desde que esta o solicite.-----

---3. Ao Conselho Fiscal pertencem, com as necessárias adaptações, os poderes e deveres que a Lei confere aos Conselhos Fiscais das sociedades anónimas.-----

----4. O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente a pedido do Conselho de Administração ou de dois dos seus membros, bem como do seu Presidente, sendo a este que caberá a respectiva convocação.-----

----5. A falta a reuniões de qualquer dos membros do Conselho Fiscal poderá implicar a perda do mandato, nos termos a definir por regulamento interno.-----

-SECCÃO V

-CONSELHO CIENTIFICO E TÉCNICO

-ARTIGO 26º

---1. O Conselho Científico e Técnico é um órgão constituído por personalidades de reconhecido mérito científico ou técnico, em número e forma de designação ou escolha a fixar no regulamento interno.-----

---2. Compete ao Conselho Científico e Técnico dar apoio ao Conselho de Administração sobre matérias de índole técnico-científica ou pedagógica, sendo obrigatório o seu parecer sobre os planos anual e plurianual de actividades.-----

ARTIGO 27º

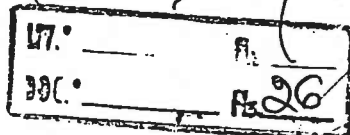
---- Os membros do Conselho Científico e Técnico que não sejam associados ou representantes de associados poderão participar na Assembleia Geral, sem direito a voto.-----

CAPITULO IV

-FUNCIONAMIENTO

ARTIGO 28º

----1. Na prossecução dos seus fins, o CESAR exerce actividade por conta própria, actividade por conta dos seus associados e uma actividade por conta de terceiros que recorram aos seus serviços --



---2. A actividade por conta de associados ou de terceiros será regulada por regulamento interno ou por contrato.-----

-----ARTIGO 29º-----

---1. Os trabalhos que o CESAR leve a efeito encomendados por associados ou terceiros são pertença da entidade que os solicitou.-----

-----ARTIGO 30º-----

---O CESAR goza do direito à utilização dos edifícios, instalações, laboratórios e equipamentos indispensáveis ao seu normal funcionamento que os associados ponham à sua disposição, nos termos dos respectivos contratos ou protocolos;-----

-----ARTIGO 31º-----

---Os contratos e protocolos celebrados pelo CESAR com associados ou terceiros são reduzidos a escrito, devendo respeitar as disposições estatutárias e regulamentos aplicáveis.-----

-----CAPITULO V-----

-----PATRIMONIO-----

-----ARTIGO 32º-----

---1. Constituem receitas ordinárias do CESAR:-----

-----a) A jóia,-----

-----b) As quotas dos associados.-----

-----c) Os rendimentos dos bens próprios e o valor dos serviços prestados.-----

---2. Constituem receitas extraordinárias as provenientes de:-----

-----a) Subvenções que lhe sejam concedidas;-----

-----b) Quaisquer donativos, doações, legados ou outros proventos.-----

-----CAPITULO VI-----

-----ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS-----

-----ARTIGO 33º-----

---1. Os presentes estatutos só podem ser alterados em assembleia geral extraordinária convocada para esse fim.-----

2. As deliberações da Assembleia Geral sobre alterações dos estatutos só serão válidas se tomadas por uma maioria qualificada de três quartos dos associados presentes.

3. Para efeitos do disposto no presente artigo, a Assembleia Geral só poderá funcionar em primeira convocação quando estejam presentes, pelo menos, dois terços dos associados. Em segunda convocação, a assembleia pode deliberar com a presença da maioria dos associados.

CAPITULO VII

DISSOLUÇÃO

ARTIGO 34º

1. O CESAR pode ser dissolvido mediante deliberação favorável da assembleia geral expressamente convocada para esse fim.

2. A deliberação sobre a dissolução deverá ser tomada por maioria qualificada de três quartos do número dos associados em efectividade de funções.

ARTIGO 35º

Dissolvido o Instituto, a Assembleia Geral deverá nomear imediatamente a Comissão Liquidatária, definindo o seu estatuto e o destino do património.

CAPITULO VIII

DISPOSIÇÕES TRANSITORIAS E FINAIS

ARTIGO 36º

1. No prazo máximo de cento e vinte dias após a criação do CESAR reunirá a Assembleia Geral extraordinária para a realização da eleição da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal, aprovar o Regulamento Interno, proceder à eventual admissão de novos associados efectivos do CESAR.

2. Enquanto não estiver constituída a Mesa da Assembleia Geral e o Conselho de Administração do CESAR a gestão corrente do Instituto será assegurada por uma Comissão Instaladora cuja composição consta da lista anexa aos presentes estatutos.

3. A Comissão Instaladora deverá elaborar um projecto do Regulamento Interno no prazo máximo de trinta dias após a data de criação do CESAR.

[Handwritten signature]

-----a) A Comissão Instaladora assêgurarâ, provisóriamente, as competências previstas nas alíneas a, b, d, f, h e m do nº 1 do artigo 24º do presente estatuto. -----

-----b) A Comissão Instaladora apresentará ainda à Assembleia Geral prevista no nº1 deste artigo, um relatório da sua actividade. -----

-----c) A Comissão Instaladora responsabiliza-se pela assinatura de pelo menos dois dos seus membros. -----

----4. Para assegurar a gestão corrente definida no número anterior cada associado fundador pagará, até trinta dias após a data de assinatura escritura de constituição do CESAR, uma comparticipação no valor de 300.000\$00 (trezentos mil escudos) de jóia. -----

Tracudo: "trinta"; entelinhada: "noventa".

[Handwritten signature: Manuel Lieges Abreu]
[Handwritten signature: Afonso]
[Handwritten signature: João André de Carvalho]
[Handwritten signature: ...]

[Handwritten signature: ...]
[Handwritten signature: ...]
[Handwritten signature: ...]
[Handwritten signature: ...]
[Handwritten signature: ...]

[Handwritten signature: ...]
[Handwritten signature: ...]
[Handwritten signature: ...]
[Handwritten signature: ...]

Notes
Summary

25/1

25/1

Estatutos

DO

CENTRO DE SERVIÇOS DO AMBIENTE

- CESAB -

- **Escritura de Constituição de 29 de Julho de 1992**

e
após escrituras de Alteração de

- **17 de Junho 1997**
- **11 de Dezembro de 2000**
- **16 de Junho de 2004**
- **2 de Outubro de 2009**



E S T A T U T O S

CENTRO DE SERVIÇOS DO AMBIENTE

CAPÍTULO I

DENOMINAÇÃO, SEDE E OBJECTIVOS

ARTIGO 1º

1. É constituída uma associação científica e técnica, de direito privado e de interesse público, por tempo indeterminado e sem fins lucrativos denominada "CENTRO DE SERVIÇOS DO AMBIENTE", abreviadamente designada por CESAB.
2. O CESAB tem a sua sede social nas suas instalações sitas na Zona Industrial Ponte de Viadores, lote 3 A, freguesia da Pampilhosa, Concelho da Mealhada.
3. A área de actuação do CESAB será prioritariamente a Região Centro, conforme definida na nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos (NUTII), podendo, no entanto, desenvolver actividades em todo o território nacional.
4. O CESAB poderá filiar-se, associar-se ou aderir a organismos afins, nacionais, estrangeiros ou internacionais, bem como criar delegações ou quaisquer outras formas de representação.

ARTIGO 2º

1. O CESAB tem por objecto a prestação de serviços de apoio técnico e científico ao desenvolvimento de acções de protecção ambiental, nomeadamente, na exploração de sistemas de saneamento básico de qualidade, realização de análises de águas e efluentes, lamas, resíduos, solos e alimentos confeccionados ou naturais, na formação profissional, na investigação científica e inovação tecnológica, na difusão de informação, isoladamente ou em colaboração com outros organismos, instituições e pessoas colectivas, públicas ou privadas, bem como na fiscalização de obras de saneamento básico.
2. As actividades a desenvolver pelo CESAB deverão corresponder aos interesses e princípios prevalentes da defesa da qualidade do ambiente e protecção da saúde pública, privilegiando o Saneamento Básico através da prestação de apoio técnico ao funcionamento e ao controlo das estações de tratamento de águas residuais.
3. Para prossecução dos seus fins, o CESAB procurará compatibilizar as suas capacidades e os seus planos de actividades com as necessidades dos utilizadores e beneficiários da sua actividade.

E S T A T U T O S

CAPÍTULO II ASSOCIADOS ARTIGO 3º

1. Os Associados, pessoas colectivas ou singulares, agrupam-se em duas categorias:

- a) Efectivos
- b) Honorários

§ Podem ser associados efectivos do CESAB todas as pessoas colectivas ou singulares que detenham ou explorem sistemas de saneamento básico, explorem estações de tratamento de águas residuais industriais, aterros de resíduos sólidos em geral ou aterros sanitários, prestem serviços nas áreas da produção, extracção, conservação e transformação de produtos alimentares, gestão de resíduos e compostagem, ou que prossigam fins de investigação, ensino, planeamento e prestação de serviços nos domínios do saneamento básico e do ambiente, e do desenvolvimento regional e local.

2. São associados efectivos do CESAB as pessoas colectivas que subscreverem estes Estatutos e os que vierem a ser admitidos pela Assembleia Geral posteriormente ao referido no n.º 2 e subscreverem uma ou mais unidades de participação fixadas de acordo com as normas estatutárias

3. A venda de unidades de participação entre associados é livre.

4. A alienação de unidades de participação a não associados só é possível, depois da Assembleia Geral, sob proposta do Conselho de Administração, deliberar sobre o não exercício do direito de preferência, que aqui se determina, a favor da Associação

5. São associados honorários os indivíduos ou pessoas colectivas a quem a Assembleia Geral sob proposta do Conselho de Administração, atribua tal estatuto de honra pelo valor técnico ou científico de trabalhos efectuados ou pela colaboração prestada ao CESAB.

ARTIGO 4º

1. Constituem os direitos dos associados efectivos:

- a) O acesso preferencial à prestação e utilização dos serviços do CESAB, mediante condições a definir em Assembleia Geral..
- b) Eleger e ser eleito para os cargos dos órgãos do CESAB, nos termos dos estatutos.
- c) Tomar parte e votar nas Assembleias Gerais, elegendo a respectiva mesa.
- d) Apresentar sugestões relativas à realização dos objectivos estatutários.
- e) O acesso privilegiado na prestação e utilização dos serviços do CESAB, segundo as condições a fixar em regulamento próprio.



E S T A T U T O S

- f) Exercer os poderes previstos nos presentes Estatutos e nos regulamentos internos do CESAB.
 - g) Solicitar as informações e esclarecimentos que tiverem por convenientes sobre a condução das actividades do CESAB e, nomeadamente, serem informados dos resultados dos estudos efectuados, salvaguardada, em qualquer caso, a confidencialidade dos mesmos
2. Constituem os direitos dos associados efectivos:
- a) Eleger e ser eleito para os cargos dos órgãos do CESAB, nos termos dos estatutos.
 - b) Tomar parte e votar nas Assembleias Gerais, elegendo a respectiva mesa.
 - c) Apresentar sugestões relativas à realização dos objectivos estatutários.
 - d) Ter preferência na utilização dos serviços do CESAB, segundo as condições a fixar em regulamento próprio.
 - e) Solicitar as informações e esclarecimentos que tiverem por convenientes sobre a condução das actividades do CESAB e, nomeadamente, serem informados dos resultados dos estudos efectuados, salvaguardada, em qualquer caso, a confidencialidade dos mesmos.
 - f) Exercer os poderes previstos nos presentes Estatutos e nos regulamentos internos do CESAB.
3. Os associados honorários apenas usufruem dos direitos referidos nas alíneas d) e f) do número dois, bem como tomar parte, sem direito a voto, nas Assembleias Gerais.

ARTIGO 5º

1. Constituem deveres dos associados fundadores e efectivos:
- a) Desempenhar com zelo e diligência os cargos para que tenham sido eleitos, salvo motivo especial de escusa reconhecidamente impeditiva.
 - b) Cumprir e fazer cumprir as disposições legais aplicáveis ao CESAB, bem como os estatutos, regulamentos internos e deliberações dos seus órgãos.
 - c) Colaborar nas actividades promovidas pelo CESAB, bem como em todas as acções necessárias à prossecução dos seus objectivos.
 - d) Subscrever, pelo menos, uma unidade de participação.
 - e) Os associados efectivos podem, a todo o tempo, subscrever as quotas ou unidades de participação que desejarem.
- Por cada unidade de participação subscrita o associado efectivo terá direito a um voto nas Assembleias Gerais, excepto nas convocadas nos termos e para os efeitos descritos nos Art.ºs 33º e 34º destes Estatutos.
2. Os associados honorários apenas estão vinculados ao cumprimento do dever estabelecido na alínea c) do número anterior.

E S T A T U T O S

ARTIGO 6º

1. Perdem a qualidade de associados:
 - a) Os que, por escrito, o solicitarem ao Conselho de Administração.
 - b) Os interditos, os comprovadamente incapacitados, os falidos ou insolventes ou os que forem dissolvidos.
 - c) Os que, pela sua conduta, deliberadamente contribuam ou concorram para o descrédito, desprestígio ou prejuízo do CESAB.
 - d) Os que desrespeitem os deveres estatutários, regulamentares e contratuais ou injustificadamente desobedeçam às deliberações legalmente tomadas pelos órgãos do CESAB.
 - e) Os que reiteradamente tenham em atraso o pagamento da respectiva quota anual durante um ou mais anos.
2. A exclusão é sempre determinada pela Assembleia Geral por maioria absoluta, por iniciativa ou por proposta fundamentada do Conselho de Administração.

CAPÍTULO III ORGÃOS SOCIAIS

SECÇÃO I DISPOSIÇÕES COMUNS

ARTIGO 7º

1. Constituem órgãos sociais do CESAB:
 - a) A Assembleia Geral.
 - b) O Conselho de Administração.
 - c) O Conselho Fiscal.
2. Por decisão da Assembleia Geral poderá ser criado um órgão consultivo designado Conselho Científico e Técnico, com as competências determinadas no artigo vigésimo sexto destes Estatutos.
3. Os titulares dos cargos da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são eleitos em Assembleia Geral, pelos Associados, para o desempenho de mandatos de três anos, sendo permitida a reeleição por uma ou mais vezes consecutivas.
4. As candidaturas ao desempenho de cargos sociais devem constar de listas separadas, sendo uma para a Mesa da Assembleia Geral, outra para o Conselho de Administração e outra para o Conselho Fiscal, com a identificação dos titulares efectivos, de dois suplentes e dos cargos de Presidente e Vice-Presidente, se os houver
5. A apresentação das candidaturas para os cargos sociais deverá ser feita ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral até quinze dias antes da data marcada para a assembleia em que as eleições devam ter lugar.



E S T A T U T O S

6. A posse dos titulares dos cargos dos órgãos sociais é conferida pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral, mantendo-se os cessantes ou demissionários em exercício de funções até que aquela se verifique.

ARTIGO 8º

1. Os titulares dos cargos da Mesa da Assembleia Geral e do Conselho Fiscal assumem perante estes órgãos um poder de representação dos associados que legitimaram a sua indicação.
2. Os titulares dos cargos do Conselho de Administração assumem-se, para todos os efeitos, como pessoas singulares que, por mandato de representação, foram designadas para ocupar aqueles cargos pelos associados eleitos para este Órgão.

ARTIGO 9º

O Conselho Fiscal e o Conselho de Administração só podem tomar deliberações válidas quando esteja presente a maioria dos seus membros, excepto em relação a actos ou funções para os quais este último órgão tenha estabelecido delegação de competências.

ARTIGO 10º

As deliberações dos órgãos do CESAB são tomadas por maioria dos associados presentes, sempre que a lei não exija outro tipo de maioria.

§ 1º As votações respeitantes a eleições para os cargos dos órgãos e a assuntos de incidência pessoal serão feitas por escrutínio secreto, entregando-se a cada associado tantos boletins de voto quanto os que tenha direito por aquisição de unidades de participação com direito a voto.

§ 2º O mesmo processo será igualmente será adoptado sempre que a lei, os estatutos ou a Assembleia Geral assim o determine.

§ 3º Os Presidentes dos órgãos têm voto de qualidade, em caso de empate na votação do seu órgão de gestão.

ARTIGO 11º

Será sempre lavrada acta das reuniões de qualquer órgão, a qual deve ser assinada, pelos titulares presentes, mas bastando no caso da Assembleia Geral que a mesma seja assinada pelos elementos da respectiva Mesa.

ARTIGO 12º

Ocorrendo alguma vaga nos cargos dos órgãos sociais será a mesma provida pela entrada de um suplente pela ordem indicada na lista eleita.

ARTIGO 13º

Ocorrendo alguma vaga no cargo de Presidente de qualquer dos órgãos sociais, será a mesma provida mediante deliberação da primeira Assembleia Geral Ordinária que venha a efectuar-se, ou sessão extraordinária expressamente convocada para o efeito.



E S T A T U T O S

ARTIGO 14º

A Assembleia Geral pode deliberar que seja remunerado o desempenho dos cargos dos órgãos sociais.

SECÇÃO II ASSEMBLEIA GERAL

ARTIGO 15º

A Assembleia Geral é constituída por todos os associados no pleno gozo dos seus direitos associativos e as suas deliberações são soberanas, tendo apenas por limite as disposições imperativas da Lei e dos presentes Estatutos.

ARTIGO 16º

1. A Assembleia Geral é dirigida por uma Mesa composta por um Presidente e dois Secretários, eleitos de entre os seus associados fundadores e efectivos, competindo ao Primeiro Secretário substituir o Presidente nas suas faltas ou impedimentos.
2. Ao Presidente da Mesa compete convocar e dirigir os trabalhos da Assembleia, no que será coadjuvado pelos dois secretários.
3. Ao Segundo Secretário compete, conjuntamente com o Primeiro, redigir a acta ou minuta da acta das secções.
4. Na falta ou impedimento do Primeiro Secretário será este substituído pelo Segundo Secretário.
5. Faltando ou estando impedido o Segundo Secretário, bem como os elementos suplentes, será o mesmo substituído por quem a Assembleia Geral, na altura designar.
6. Na falta da totalidade dos membros da mesa a Assembleia Geral elegerá uma Mesa "ad hoc" para a respectiva sessão ou reunião.
7. A falta a reuniões ou sessões de qualquer dos titulares da Mesa da Assembleia Geral poderá implicar a perda de mandato, nos termos a definir por regulamento interno.

ARTIGO 17º

1. A Assembleia Geral pode reunir ordinária ou extraordinariamente.

E S T A T U T O S

2. A Assembleia Geral reúne ordinariamente duas vezes por ano, uma até trinta e um de Março de cada ano para discutir e votar o relatório e contas do Conselho de Administração e o parecer do Conselho Fiscal relativos ao exercício do ano anterior e outra até trinta de Novembro para discutir e votar o programa de actividades para o ano seguinte.
3. A Assembleia Geral reúne extraordinariamente sempre que for convocada:
 - a) Por iniciativa do Presidente da Mesa
 - b) A requerimento de, pelo menos, um terço dos associados.
 - c) A requerimento do Conselho de Administração.
 - d) A requerimento do Conselho Fiscal.

ARTIGO 18º

As convocações para as sessões da Assembleia Geral são feitas por meio de carta registada com indicação do dia, hora, local e respectiva ordem de trabalhos e expedidas com a antecedência mínima de quinze dias.

§ único - Só poderão ser tomadas deliberações sobre assuntos que constam da respectiva ordem de trabalhos, salvo se, estando presentes todos os associados, estes deliberarem por unanimidade, a inclusão de qualquer outro assunto.

ARTIGO 19º

É admissível a representação de um associado por outro, desde que o mandato conste de carta do representado dirigida ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral.

ARTIGO 20º

1. A Assembleia Geral não pode deliberar em primeira convocação sem a presença da maioria absoluta dos associados efectivos.
2. Não se realizando a Assembleia pelo motivo indicado no número anterior, a mesma realizar-se-á em segunda convocatória, trinta minutos após a hora marcada, com qualquer número de presenças.

ARTIGO 21º

1. Compete à Assembleia Geral:
 - a) Eleger e destituir, em votação por escrutínio secreto, a Mesa da Assembleia Geral, o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal.
 - b) Deliberar sobre a criação do Conselho Científico e Técnico, previsto no n.º 2 do art.º 7º.
 - c) Admitir associados efectivos e honorários, nos termos do artigo 3º dos Estatutos.
 - d) Apreciar e votar os planos anual e plurianuais de actividades.
 - e) Apreciar e votar o orçamento anual e orçamentos suplementares, se os houver.
 - f) Fixar e actualizar anualmente os montantes da quota anual para os associados efectivos e do valor das unidades de participação a cobrar dos novos associados.
 - g) Deliberar sobre a exclusão de associado

E S T A T U T O S

- h) Deliberar sobre o direito de preferência na aquisição de unidades de participação que um associado pretenda alienar.
- i) Aprovar os regulamentos internos.
- j) Deliberar sobre recursos dos actos do Conselho de Administração.
- k) Conceder autorização para a alienação de bens imóveis.
- l) Alterar os Estatutos, nos termos do artigo 33º, e velar pelo seu cumprimento.
- m) Deliberar sobre projectos de filiação, adesão ou associação bem como de criação de delegações ou quaisquer outras formas de representação.
- n) Deliberar sobre a dissolução do CESAB nos termos do artigo 34º.
- o) Exercer os demais poderes conferidos por lei e pelos estatutos, ou outros que não sejam de competência exclusiva dos restantes órgãos.
- p) Autorizar o Conselho de Administração a contratar os serviços de um Revisor Oficial de Contas que neste caso coadjuvará em todas as funções legais e estatutárias o Conselho Fiscal.

2. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria dos votos dos Associados presentes, com excepção das previstas nos números dois e três do artigo 33º e do número dois do artigo 34º.

SECÇÃO III

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 22º

- 1. O Conselho de Administração é composto por um Presidente, um Vice-Presidente e três vogais, sendo que, pelo menos quatro deles devem ter a categoria de associados efectivos.
- 2. Ao Presidente compete convocar e dirigir os trabalhos do Conselho de Administração.
- 3. O Presidente do Conselho de Administração será substituído pelo Vice-Presidente, nas suas faltas e impedimentos ou por um dos vogais expressamente designados para o efeito.
- 4. A falta de qualquer dos titulares a reuniões poderá implicar a perda de mandato, nos termos a definir por regulamento interno.
- 5. O Conselho de Administração distribuirá as diferentes funções entre os seus membros.
- 6. O Conselho de Administração poderá delegar parte das suas competências, devidamente especificadas, em qualquer dos seus membros, ou num Director Executivo.



E S T A T U T O S

7. O Conselho de Administração poderá delegar no Director da Qualidade poderes para a prática de actos no âmbito do Sistema da Qualidade, nomeadamente a coordenação e desenvolvimento do Sistema de Garantia da Qualidade.
8. O Conselho de Administração poderá delegar em funcionários poderes para a prática de actos de mero expediente.

ARTIGO 23º

O Conselho de Administração do CESAB reúne ordinariamente pelo menos uma vez por mês e extraordinariamente por iniciativa do Presidente ou da maioria dos seus membros ou a requerimento do Conselho Fiscal.

ARTIGO 24º

1. Ao Conselho de Administração compete exercer os poderes e actividades necessários à execução dos objectivos estatutários do CESAB e, designadamente, os seguintes:
 - a) Administrar os bens do CESAB e dirigir a sua actividade podendo para esse efeito, contratar pessoal, colaboradores e prestadores de serviços, fixando as condições de trabalho e exercendo a respectiva disciplina..
 - b) Constituir mandatários, os quais obrigarão o CESAB de acordo com a extensão dos respectivos mandatos.
 - c) Elaborar o relatório anual e contas do exercício, os planos anual e plurianual de actividades, o orçamento anual e outros documentos que se mostrem necessários a uma eficaz gestão económica e financeira do CESAB.
 - d) Decidir sobre a realização dos trabalhos de investigação a executar para associados ou terceiros e sobre a publicação dos resultados obtidos pela actividade do CESAB.
 - e) Dar execução aos planos e deliberações aprovados em Assembleia Geral.
 - f) Dirigir o serviço de expediente e tesouraria.
 - g) Elaborar regulamentos internos.
 - h) Representar o CESAB em juízo ou fora dele, activa e passivamente, podendo delegar essa representação num dos seus membros.
 - i) Requerer a convocação da Assembleia Geral.
 - j) Requerer a convocação do Conselho Científico e Técnico.
 - k) Alienar bens móveis do CESAB.
 - l) Alienar bens imóveis, sob parecer favorável do Conselho Fiscal e após autorização da Assembleia Geral.
 - m) Aceitar subvenções, donativos, doações ou legados.
 - n) Exercer os demais poderes conferidos pela lei e pelos estatutos.
2. O CESAB obriga-se pela assinatura conjuntas de dois membros do Conselho de Administração, assim como pela assinatura de um administrador-delegado, nos termos do n.º 6 do artigo 22º, com poderes para o acto.



E S T A T U T O S

3. Dos actos do Conselho de Administração cabe recurso para a Assembleia Geral, a interpor nos oito dias imediatos ao seu conhecimento.

SECÇÃO IV

CONSELHO FISCAL

ARTIGO 25º

1. O Conselho Fiscal é constituído por três membros, eleitos de entre os associados, podendo ser assessorados por um revisor oficial de contas.
2. O Presidente do Conselho Fiscal pode intervir, sem direito a voto, nas reuniões do Conselho de Administração, desde que este o solicite.
3. Ao Conselho Fiscal pertencem, com as necessárias adaptações, os poderes e deveres que a Lei confere aos Conselhos Fiscais das sociedades anónimas.
4. O Conselho Fiscal reunirá ordinariamente uma vez por semestre e extraordinariamente a pedido do Conselho de Administração ou de dois dos seus membros, bem como do seu Presidente, sendo a este que caberá a respectiva convocação.
5. A Falta a reuniões de qualquer dos membros do Conselho Fiscal poderá implicar a perda de mandato, nos termos a definir por regulamento interno.

SECÇÃO V

CONSELHO CIENTÍFICO E TÉCNICO

ARTIGO 26º

1. O Conselho Científico e Técnico é um órgão constituído por personalidades de reconhecido mérito científico ou técnico, em número e forma de designação ou escolha a fixar no regulamento interno.
2. Compete ao Conselho Científico e Técnico dar apoio ao Conselho de Administração sobre matérias de índole técnico-científica ou pedagógica, sendo obrigatório o seu parecer sobre planos anual e plurianual de actividades.

ARTIGO 27º

Os membros do Conselho Científico e Técnico que não sejam associados ou representantes de associados poderão participar na Assembleia Geral, sem direito a voto.

E S T A T U T O S

CAPÍTULO IV FUNCIONAMENTO

ARTIGO 28º

1. Na prossecução dos seus fins, o CESAB exerce actividade por conta própria, actividade por conta dos seus associados ou actividade por conta de terceiros que recorram aos seus serviços.
2. A actividade por conta de associados ou de terceiros será sempre requisitada por escrito e conforme ao regulamento interno.

ARTIGO 29º

Os trabalhos que o CESAB realize por requisição dos seus associados ou terceiros são pertença da entidade que os solicita.

ARTIGO 30º

O CESAB goza do direito à utilização dos edifícios, instalações, laboratórios e equipamentos indispensáveis ao seu normal funcionamento que os associados ponham à sua disposição nos termos dos respectivos contratos ou protocolos.

ARTIGO 31º

Os contratos e protocolos celebrados pelo CESAB com associados ou terceiros são reduzidos a escrito, devendo respeitar as disposições estatutárias e regulamentos aplicáveis.

CAPÍTULO V PATRIMÓNIO

ARTIGO 32º

1. Constituem receitas ordinárias do CESAB:
 - a) A quota anual paga pelos associados.
 - b) As unidades de participação subscritas e pagas pelos associados.
 - c) Os rendimentos dos bens próprios e o valor dos serviços prestados.
2. Constituem receitas extraordinárias as provenientes de:
 - a) Subvenções que lhe sejam concedidas.
 - b) Quaisquer donativos, doações, legados ou outros proventos.
3. Constituem fundo societário as quotas anuais e as unidades de participação pagas pelos associados e as Reservas (resultados obtidos).
4. Constituem proveitos de exploração os rendimentos de bens próprios, as doações, donativos, legados, os valores dos serviços prestados, as subvenções que lhes sejam concedidas, na medida definida na lei fiscal e outros proventos.

E S T A T U T O S

5. Nos casos previstos no artigo 6º número 1,a parte do fundo societário correspondente ao associado excluído - por iniciativa própria ou outro motivo - é transferido para um fundo de reserva do CESAB, constituindo unidades de participação próprias do CESAB.

CAPÍTULO VI ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS ARTIGO 33º

1. Os presentes estatutos só podem ser alterados em Assembleia Geral extraordinária convocada para esse fim.
2. As deliberações da Assembleia Geral sobre alterações dos estatutos só serão válidas se tomadas por uma maioria qualificada de três quartos dos associados efectivos presentes, independentemente do número de votos que detenha, mercê da subscrição das unidades de participação.
3. Para efeitos do disposto no presente artigo, a Assembleia Geral só poderá funcionar em primeira convocação quando estejam presentes, pelo menos, dois terços dos associados. Em segunda convocação, a assembleia pode deliberar com a presença da maioria dos associados.

CAPÍTULO VII DISSOLUÇÃO ARTIGO 34º

1. O CESAB pode ser dissolvido mediante deliberação favorável da Assembleia Geral expressamente convocada para esse fim.
2. A deliberação sobre a dissolução deverá ser tomada por maioria qualificada de três quartos do número dos associados em efectividade de funções.

ARTIGO 35º

Dissolvido o CESAB, a Assembleia Geral deverá nomear imediatamente a Comissão Liquidatória, definindo o seu estatuto e o destino do património.

ARTIGO 36º

Disposição transitória

O valor das unidades de participação, será fixado sob proposta do Conselho de Administração, em Assembleia Geral a convocar para efeitos de alteração dos presentes Estatutos e marcação efectiva das próximas eleições para os órgãos estatutários e acompanhará de perto a avaliação, a que se procederá previamente, do património do CESAB, que servirá de base à conversão das quotas pagas pelos associados fundadores e efectivos desde a fundação para as futuras unidades de participação

- FIM -



Declaração

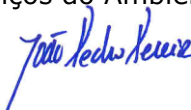
Certidão do Registo Comercial

O Centro de Serviços do Ambiente – CESAB, é uma Associação de direito privado, sem fins lucrativos, pelo que não carece de registo na conservatória de registo comercial. Para o efeito é considerada a sua Escritura de Constituição e Publicação dos seus Estatutos em Diário da República. Os órgãos são eleitos por sufrágio em Assembleia Geral convocada para o efeito. O órgão gestor, o Conselho de Administração, delegou no Director Geral poderes para obrigar o CESAB nas plataformas de contratação pública e em todos os documentos conexos. Ver documentos anexos ([assembleia geral_eleições e posse_29.11.2013](#); [cartao cidadao Director Geral_dr joao](#); [ESTATUTOS_em_vigor_02.10.2009](#); [cartãofiscal CESAB](#); [escrituradeconstituicoeDRpublicação](#); [delegacao poderes de representação](#);))

A versão em vigor dos Estatutos do CESAB poderá ser consultadas no sitio do Ministério da Justiça, Publicações On-line - <http://publicacoes.mj.pt/> efectuando a pesquisa pelo n.º de contribuinte 502883308.

Mealhada, 5 de janeiro de 2015

O Centro de Serviços do Ambiente - CESAB



(João Pedro Pereira, Director Qualidade)